



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)
ATA DA REUNIÃO GAEPE – 26/02/2021
(24ª REUNIÃO)

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Ivonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Alexandre Jesus de Queiroz Santiago, Promotor de Justiça, Titular da Promotoria de Educação de Porto Velho/RO, representante do Ministério Público do Estado (MPE/RO); Isaías Fonseca Moraes, Desembargador, representante do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RO); Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO); Vilson Sena de Macedo, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO); Flávia Serrano, Coordenadora Estadual da Covid-Influenza, representante da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia (AGEVISA/RO); Augusto Pellucio, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia (SINEPE/RO); Alessandra Gotti e Ismar Barbosa da Cruz, representando o Instituto Articule; Tiago Cordeiro Nogueira, Procurador Geral Adjunto do Estado de Rondônia; Gláucia Lopes Negreiros, Secretária Municipal de Educação de Porto Velho; Marcelo Thomé, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO) e Coordenador do Movimento Rondônia pela Educação; Célio Lang, Prefeito do Município de Urupá e Presidente da Associação Rondoniense de Municípios (AROM); Adrissa Maia Campelo e Bruno Botelho Piana, Auditores de Controle Externo do TCE-RO; Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições, relacionadas ao tema do ensino remoto e do retorno às aulas presenciais.

1) O que foi discutido

Dando início a mais um encontro, o Presidente PAULO CURTI agradece a presença de todos, em especial ao Presidente da FIERO e do Movimento Rondônia pela Educação, Dr. Marcelo Thomé; ao Procurador Geral Adjunto do Estado, Dr. Tiago Nogueira; à Secretária Municipal da Educação de Porto Velho, Dra. Gláucia Negreiros; e à representante do Movimento Mães Coragem, Sra. Flaviana Tertuliano. Destaca a necessidade de trazer para a agenda do GAEPE um debate de transição dos problemas oriundos da pandemia para os problemas históricos e estruturais da educação, vez que comprometem os resultados pedagógicos.

O Sr. Marcelo e o Dr. Tiago agradecem a participação e manifestam seu engajamento com o grupo, esperando contribuir para que tudo ocorra da melhor maneira a todos, em especial à sociedade, foco dessa governança voltada à educação. A Sra. Gláucia também agradece a participação e se compromete com o grupo, informando, ainda, que houve um diálogo, semana passada, com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação, e conseguiram estreitar a comunicação de que, tão logo se esteja na fase 3 do Plano de Contingência, voltará o Sindicato ao diálogo com a Secretaria para que, o mais breve possível e não somente com a chegada da vacina, haja a reabertura das escolas. Ressalta a situação atual da saúde no Estado, e ainda destaca que houve um grande aumento de professores infectados pelo Coronavírus com o retorno das aulas presenciais nas escolas privadas. Entende que é preciso saber onde estamos nessa situação, para que seja traçado um planejamento visando mitigar os prejuízos advindos da pandemia para alunos e famílias.

A Sra. FLÁVIA se manifesta no sentido de comunicar, através da AGEVISA, que o meio de informação e notificação com as escolas – Informe SUS – foi retirado do ar pelo Ministério da Saúde, em razão de ser facilmente hackeável. Entretanto, um novo informe eletrônico já vem sendo construído. O sistema monitorava de perto as escolas que estavam retornando, dando informações de modo mais conciso. Comenta a respeito da fala anterior da Dra. Gláucia, destacando que é necessário observar se essa

contaminação dos professores nas escolas se dá em decorrência do retorno presencial, se o surto ocorre dentro da escola, e não nos meios sociais que essas pessoas vêm frequentando. Indaga também se o retorno realmente é a causa do aumento dos números de casos de Covid, já que as escolas permanecem fechadas, mas o contágio perdura.

A Dra. ALESSANDRA informa que houve uma reunião com a Casa Civil, e foram levantados os pleitos discutidos pelo GAEPE a respeito da decretação da essencialidade do serviço educacional e do conhecimento da Nota Técnica sobre a priorização da vacinação dos professores e demais profissionais educacionais, sendo aguardada uma próxima reunião para continuar esse diálogo. Apresenta as pautas do dia: 1. Conectividade, a importância da ampliação nos 52 municípios; 2. As estratégias da Busca Ativa Escolar; 3. Ouvir o Movimento Mães Coragem, que trará os pleitos a respeito da educação especial; e 4. A sistemática de monitoramento da implantação do retorno as aulas presenciais, para garantir que seja uma volta segura.

Antes de passar a palavra à SEDUC e UNDIME para explanação sobre as ações de mobilização identificando as dificuldades da conectividade, primeiro ponto da pauta, o Dr. BRUNO PIANA apresenta os parâmetros que nortearam a elaboração do questionário que será disponibilizado para o levantamento das informações relacionadas à conectividade dos professores e alunos nas redes educacionais. Informa que o questionário será lançado na semana que vem, em conjunto com a UNDIME e sob supervisão da Prof.^a Rita Paulon.

O Sr. VILSON inicia o diálogo a respeito das dificuldades referentes à conectividade dizendo que a situação é bastante delicada para os municípios: a maioria não tem condições de oferecer uma oportunidade maior de conectividade para professores e alunos. Diante disso, a UNDIME tem conversado com os dirigentes municipais para encontrar caminhos que supririam essa dificuldade dentro do próprio município. Alguns deles têm buscado uma forma de desenvolver isso, mas de forma isolada (as escolas apenas com seus professores). Um dos pontos para que a conectividade não tenha avançado é a posse dos novos prefeitos, que ainda vêm se organizando com as direções dos municípios, reorganizando os planejamentos. Enfatiza o lado das crianças que não possuem internet e/ou equipamentos para o acesso. Informa que foi feita uma parceria com o Instituto Federal de Educação de Rondônia (IFRO) em 17 municípios para a conectividade, e outras iniciativas nesse sentido, mas em questões de políticas para implementação da conectividade geral nada foi feito. Propõe que seja conversado com os dirigentes municipais a respeito dessa temática para ser uma prioridade, focalizando na ministração de aulas mais qualitativas e fortalecimento dos laboratórios nas escolas.

A Dra. ALESSANDRA enfatiza a necessária articulação entre os prefeitos em conjunto com o GAEPE, criando um regime de colaboração para com o Estado, contando ainda com a participação da iniciativa privada, sendo o objetivo central a ampliação do acesso à internet, da velocidade da mesma e equipamentos para acesso. Destaca o apoio dado pelo SINEPE para utilização dos laboratórios em instituições privadas no ano passado. Conforme sugerido pelo Sr. Vilson, a Dra. Alessandra pontua a necessidade de trazer ao grupo a pauta legislativa, mapeando os projetos de lei existentes para que o assunto da conectividade seja fortalecido. Destaca ainda sobre uma deliberação no grupo a respeito de um novo evento para diálogo com os prefeitos do Estado.

O Prefeito CELIO LANG informou que a AROM está à disposição para participar do que for preciso, levando tudo aos municípios e seus respectivos prefeitos. Frisa que precisam alinhar a questão da internet e equipamentos, pois a conectividade é ruim. Sugere que seja encaminhado, por meio da AROM aos prefeitos, uma medida mais prática de como melhor chegar aos alunos, com base em experiências registradas em outros Estados.

A Sra. KLIVIA, representante da Assembleia Legislativa, se apresenta. A Dra. Alessandra aproveita para falar acerca do levantamento a ser feito sobre eventuais projetos de leis a respeito da conectividade dentro da Assembleia, e a Sra. Klivia se compromete a fazer esse levantamento e trazer para a próxima reunião. Também informa que será feito um levantamento dos projetos de lei sobre a conectividade na Câmara Federal.

A Prof. RITA pede a palavra e fala sobre um mapeamento feito no Brasil sobre a conectividade através da fibra óptica e dos serviços de conexão nos Estados, a respeito de informações sobre a infraestrutura de modo a subsidiar políticas públicas. Expõe alguns questionamentos, e sugere ainda que, como a modalidade remota permanecerá mesmo após a pandemia, os professores poderiam montar grupos de rodízio e utilizar os equipamentos das escolas, utilizando todo o mecanismo já disposto nelas, ampliando o

objetivo referente à conectividade. Para levar a conectividade para as famílias, fazer o que já tem sido adotado em alguns municípios: antenas em ônibus de transporte escolar dispostos estrategicamente pela cidade para dar acesso às residências. A Dra. Alessandra pede para que esses pontos sejam anotados para serem discutidos com o Dr. Bruno, objetivando ajudar no questionário a ser levantado sobre a conectividade nos municípios.

O Sr. AUGUSTO destaca que a conectividade tem muito a ver com o investimento e a estrutura local, sendo no Estado um ponto muito precário. Uma pesquisa da FGV aponta Rondônia como um dos últimos Estados na eficiência do ensino a distância. As pessoas não têm suporte necessário para que o ensino remoto funcione de forma plena.

Apesar de terem disponibilizado os laboratórios no ano passado, a população ainda é tão carente que não tinha como se locomover até os laboratórios, o que ocasionou na pouca procura por eles. Os que iam, ficavam perdidos, pois não sabiam como estudar ou o que estudar, não sendo suficiente apenas ofertar o laboratório. Algumas escolas privadas disponibilizaram para seus professores um “auxílio *home office*”, para a contratação de internet banda larga. Entretanto, alguns lugares onde eles moram não têm acesso de qualidade, o que ocasionou numa preparação das escolas para que eles fossem às escolas para ter acesso a internet e dar suas aulas. Sugere que sejam buscadas alternativas diferentes: na impossibilidade de retornar às aulas, que se inicie com aulas de reforço e nivelamento, para quem precisa e quer. Considera esse ponto de pauta inócuo, pois vê-se pouca participação nos meios online já disponíveis. Criam-se as resoluções e os instrumentos, mas em levantamentos finais, não há resultados efetivos. A tecnologia tem que fazer parte do contexto educacional, mas não apenas ela. Muito esforço e recursos são disponibilizados, mas poucos resultados são efetivos.

O conselheiro AGENOR, vice-presidente do Conselho Estadual de Educação de Rondônia, pede a palavra e fala sobre a efetiva abrangência da conectividade. Informa que o FONCEDE – Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Municipais da Educação – está atuando em várias frentes, como a do novo ensino médio, a tecnologia no ensino básico, educação especial e formação docente. Está sendo trabalhada uma regulamentação acerca da conectividade no Estado, por meio do ensino básico, estando em fase avançada nessa iniciativa.

O Secretário SUAMY pontua que não há apenas uma saída entre as soluções propostas. Deve-se compreender que é um conjunto de soluções que trarão um mínimo do que se precisa. Quanto ao trabalho da conectividade, foi produzido um questionário para trabalhar com os estudantes da rede estadual, e será lançado para primeira tabulação de resultados na segunda-feira. Esse questionário veio para trazer informações a respeito dos estudantes, um “senso da conectividade”, para discutir avanços e respostas de como atender os grupos. O Secretário traz ainda notícias sobre a TV Unir, conexão com a TV Brasil, que favorecerá a cidade de Porto Velho, representante de 20 a 25% do Estado. Até abril, pretende-se abranger todo o município, sendo um canal para as atividades didáticas. Em reunião com os Secretários Municipais, foi discutido um possível retorno às aulas presenciais quando os municípios estiverem na fase 3, sendo visado também uma queda de ocupação nos hospitais para abrigar futuras demandas.

A Dra. ALESSANDRA pergunta sobre quem abarcaria o questionário, se seriam apenas os alunos ou os professores também. O Secretário SUAMY responde que será direcionado apenas aos alunos, informando que as respostas dos professores já foram alvo de levantamentos, inclusive para discussão a respeito de um auxílio a eles.

O procurador Dr. TIAGO se manifesta, depois de uma observação feita pela Dra. Ivonete a respeito de um possível “auxílio conectividade” para os professores, dizendo que levará a demanda para discussão na Casa Civil.

A Secretária GLAUCIA diz que vem sendo realizado um questionário mensal para avaliação e diagnóstico nas escolas municipais da cidade. Diversas perguntas são feitas, entre elas como a escola ofertou a atividade remota. No último levantamento, realizado no fim do ano passado, 87,3% de alunos haviam sido alcançados pelas atividades remotas, mas apenas 40% pelas plataformas *online*, sendo 60% por via impressa. Observa-se um número significativo de alunos sem internet, e ainda diversos professores sem os equipamentos necessários para ministração das aulas. O ano letivo começou dia 22 de fevereiro, e em março será novamente enviado esse questionário para receber dados tanto dos professores quanto dos alunos. Afirma a intenção de verificar a possibilidade de, ou a aquisição de equipamentos aos professores (tablets, notebooks), ou estudar a possibilidade de uma bonificação para que esse material seja adquirido.

Importante frisar que, apesar de as escolas estarem fechadas nesse momento de fase 1, deve-se garantir que a educação realmente chegue até o aluno de uma maneira assertiva.

O Presidente PAULO CURTI se manifesta para registrar que há uma limitação severa dos alunos nessas atividades não presenciais. E por isso, tão logo se saia da situação de colapso na saúde no Estado, deveriam pensar no retorno das atividades escolares, mesmo antes de atingir-se a fase 3 do Plano de Contingência.

O Dr. ISMAR pede para adiantar o ponto da pauta a respeito da sistemática da implantação da volta as aulas presenciais, para o GAEPE avaliar a oportunidade de se estabelecer uma estratégia de monitoramento de implantação dos protocolos de biossegurança. Por mais que se façam esforços para elaborar bons planos, é importante que se assegure que essas ações se transformem em realidade. Estudos demonstram que o retorno as aulas não aumenta o contágio do vírus, desde que mantidos os protocolos sanitários. Trata-se de um esforço conjunto, uma união de vários agentes, setores e órgãos, para que haja a universalidade da implantação das medidas. Ele relata as ações feitas, nesse sentido, no GAEPE do Mato Grosso do Sul. Destaca que não se trata de uma responsabilização, mas uma ação visando avaliar como está sendo feito, e assim melhor ajudar conforme for o adequado. Os casos ocorrerão nas escolas, não há como evitar, já que as pessoas convivem em outros meios sociais; visa-se, então, a mitigação desse contágio e ações que direcionem em casos necessários. O objetivo é, a partir da visita presencial da comissão, que a direção da escola seja imediatamente informada a respeito de possíveis inadequações, para que ela tome conhecimento do que precisa ser melhorado. Além dos profissionais da educação, é importante manter um diálogo com as famílias, orientando-as sobre as medidas a serem adotadas. Propõe que seja criado em Rondônia, também, uma união de vários órgãos para implantação efetiva dos protocolos nas escolas.

A Dra. FLÁVIA enfatiza que é extremamente importante atrelar algumas posições. Conforme já construído no GAEPE, a questão da não vinculação do retorno com as fases das comarcas, sendo a educação uma atividade essencial que deve ser reconhecida imediatamente. A AGEVISA dá permissão para esse retorno. A Nota Técnica n. 5, criada pela Vigilância Epidemiológica, traz o que se fazer em caso de surto, explicando também o que seria um surto. Esse monitoramento dos contatos ajuda na dimensão do quanto a escola vem contribuindo ou não de forma efetiva. Reafirma que não há estudos que confirmem que a abertura das escolas aumente os casos. Deve-se assegurar que esteja sendo feito o mínimo.

O Dr. ALEXANDRE pede a palavra e fala sobre o retorno das aulas presenciais, que apesar de não ocorrer imediatamente, deve ser planejado e estar pronto para quando o município puder retornar. Verificar também o nível de preparação dos municípios. Alguns ainda não se encontram preparados para o retorno, e isso é muito ruim. Destaca o avanço nos encaminhamentos do Decreto, sendo o retorno adiantado da fase 4 para a fase 3.

O presidente PAULO CURTI faz menção a um aplicativo do TC que pode ser utilizado para alimentação online e direta das escolas, por profissionais da educação e alunos, abrigando a sugestão da Dra. Alessandra em desenvolver também em Rondônia uma ferramenta tecnológica para que as informações sejam colhidas online, segmentadas por comarcas e rede de ensino (municipal, estadual ou privada).

O Dr. BRUNO se manifesta para informar que o monitoramento presencial era previsto para ser feito nas escolas assim que houvesse o retorno presencial, planejado para fevereiro, mas devido às novas altas de contágio pelo Covid, o monitoramento vem sendo adiantado, sendo previsto para o fim de março o resultado do questionário que será lançado para colheita a respeito da conectividade no ensino remoto.

O Dr. MARCELO THOMÉ diz que através dos protocolos sanitários concebidos pelo SESI e implantados nas indústrias, houve a garantia da segurança do ambiente laboral. Além disso, fala dos protocolos adotados no SESI e no SENAI, a disposição para ser compartilhado com o governo estadual, referente aos procedimentos e práticas. O Dr. Ismar pergunta sobre a possibilidade de a FIERO ajudar na temática a respeito da conectividade, sendo respondido pelo Dr. Marcelo que o maior problema do Estado sobre esse assunto é a infraestrutura, e não equipamentos para que ela ocorra.

O Dr. ISMAR retoma a palavra e indaga se é oportuno que se construa a estratégia de monitoramento para implantação dos protocolos, anteriormente explanado. Sem manifestações contrárias, o desenho dessa estratégia foi aprovado. Já se tem a ideia da utilização do aplicativo do TCE-RO com a AGEVISA para comunicação junto às escolas, mas é sugerida a criação de um grupo menor do GAEPE para se encarregar de pensar sobre os parâmetros da estratégia para implementação em Rondônia, como uma ação antes do início das aulas presenciais para avaliar o nível de preparo dos professores e a implementação dos

protocolos de biossegurança nas escolas, por exemplo. A Dra. Alessandra destaca três eixos de atuação dessa estratégia: biossegurança, cognitivos e socioemocionais. Sugere a elaboração de um questionário para ser aplicado em Rondônia, a ser analisado na próxima reunião do GAEPE. Posteriormente, conforme sugestão do presidente Paulo Curi, fazer uma normatização a respeito da estratégia de monitoramento, a qual ficou a cargo do Dr. Tiago verificar essa possibilidade. É decidido, após conversa, que a SEDUC ficará na coordenação do grupo sugerido, em conjunto com a UNDIME, TC, MP e AGEVISA. O Sr. Augusto sugere que esse protocolo ande em conformidade com as fases dos municípios, conforme os Decretos.

A Dra. Alessandra passa ao próximo ponto de pauta, a respeito das demandas da educação especial pelo Movimento Mães coragem. A Sra. FLAVIANA, representante do movimento, apresenta o objetivo do movimento, a busca para garantir uma qualidade de vida e autonomia nas vidas de seus filhos especiais. Apresenta a visão da realidade das necessidades de seus filhos, desde que tenham educação de qualidade e instrumentos que os insiram. Aborda a falta da educação inclusiva no Estado, e a falta de preocupação para com essas crianças. O Movimento engloba 400 mães no Estado, e serve como orientação para que elas não desistam da educação de seus filhos, e que persistam para terem resultados lá na frente. Pede que seja direcionado um olhar coletivo para se manter firme na questão da educação especial.

A Dra. Alessandra agradece o depoimento da Sra. Flaviana e destaca a importância da educação inclusiva. A Secretária Glaucia expõe as medidas adotadas na rede municipal de Porto Velho sobre o assunto, e diz que essa vem sendo uma pauta prioritária no atual governo.

O quarto e último ponto da pauta, a respeito das estratégias da Busca Ativa escolar, foi adiada para maior aprofundamento na próxima reunião, como primeiro ponto da pauta, apresentado pela Sra. Adrissa. A Dra. Alessandra pede para que sejam trazidas, pela SEDUC, UNDIME e a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho, as medidas de mobilização para a readesão dos municípios no Busca Ativa Escolar.

A Dra. ADRISSA traz um breve contexto sobre a Nota técnica que apresentará na próxima reunião. Informa que possui foco em uma política pública educativa, com o intuito de reafirmar, aos gestores, a importância da implantação da Busca Ativa Escolar nesse período de evasão e abandono escolar durante a pandemia que enfrentamos.

2) O que ficou deliberado

Ficou marcada nova reunião para o dia 12/03/2021, às 14h (quatorze horas), com os seguintes pontos de pauta:

1. Apresentação da Nota Técnica a respeito das estratégias da Busca Ativa escolar para readesão dos municípios de Rondônia;
2. Estratégia de monitoramento da implementação dos protocolos de volta às aulas presenciais.

Como encaminhamento, restou acordado que a SEDUC, UNDIME e a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho apresentem, na próxima reunião, as medidas de mobilização para a readesão dos municípios no Busca Ativa Escolar.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, matrícula n. 321. O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE, Analista**, em 26/04/2021, às 11:32, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0289821** e o código CRC **BADB9AC2**.